

# QUESTÕES SOBRE A AULA



# QUESTÕES SOBRE A AULA

## LICITAÇÃO 02

1. **(CESPE/CEBRASPE – 2014 – POLÍCIA FEDERAL – ADMINISTRADOR)** A utilização da licitação pública para a aquisição de produtos e serviços atende ao princípio da isonomia para a contratação, assegurando igualdade de condições aos interessados em fornecer ao Estado.

Certo ( ) Errado ( )

2. **(CESPE/CEBRASPE – 2014 – POLÍCIA FEDERAL – ADMINISTRADOR)** Em razão do princípio da eficiência, é possível, mediante licitação, a contratação de empresa que não tenha apresentado toda a documentação de habilitação exigida, desde que a proposta seja a mais vantajosa para a administração.

Certo ( ) Errado ( )

3. **(QUADRIX – 2019 – CRO-GO – CONTADOR)** Com relação às normas de licitações e contratos da Administração Pública previstas na Lei nº 8.666/1993 e à modalidade de licitação denominada pregão (Lei nº 10.520/2002), julgue o item.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais barata para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Certo ( ) Errado ( )

4. **(QUADRIX – 2017 – CRN 3ª REGIÃO (SP e MS) – ASSISTENTE TÉCNICO I)** A respeito de licitações, julgue o item a seguir

Em decorrência do princípio da adjudicação compulsória, o licitante vencedor tem direito de exigir a celebração do contrato com a Administração.

Certo ( ) Errado ( )

5. **(QUADRIX – 2018 – CRM-PR – PROFISSIONAL DE SUPORTE ADMINISTRATIVO)** A respeito de licitações e contratos com a Administração Pública, julgue o item subsequente.

Segundo o princípio do julgamento objetivo, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Certo ( ) Errado ( )

6. **(CESPE/CEBRASPE – 2018 – EMAP – ANALISTA PORTUÁRIO)** A respeito de finalidades e princípios norteadores da licitação, julgue o item a seguir.

No curso de uma licitação, é vedado alterar os critérios e as exigências fixadas no instrumento convocatório.

Certo ( ) Errado ( )

7. **(CESPE/CEBRASPE – 2018 – EMAP – ANALISTA PORTUÁRIO)** A respeito de finalidades e princípios norteadores da licitação, julgue o item a seguir.

Em razão do princípio da isonomia, é vedada qualquer diferenciação entre particulares para a contratação com a administração pública.

Certo ( ) Errado ( )

8. **(CESPE/CEBRASPE – 2018 – FUB – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR)** À luz das Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, que dispõem sobre licitações e contratos da administração pública, julgue o item a seguir.

No processo licitatório, é vedado que se estabeleça margem de preferência por produto ou serviço, em respeito ao princípio constitucional da isonomia – igualdade de todos os participantes.

Certo ( ) Errado ( )

9. **(CESPE/CEBRASPE – 2015 – TCE-RN – INSPETOR/CARGO 5)**

Acerca do regime jurídico-administrativo, da organização administrativa e dos dispositivos relacionados à licitação, julgue o item que se segue.

Situação hipotética: um edital de licitação estabeleceu margem de preferência para a contratação de serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras. Assertiva: Nesse caso, com base no que dispõe a Lei nº 8.666/1993, o referido edital deverá ser impugnado sob o argumento de ofensa à isonomia dos licitantes.

Certo ( ) Errado ( )

10. **(CESPE/CEBRASPE – 2013 – ANTT – CARGOS 1, 2, 3, 4, 5, 7 E 8)** O almoxarifado da ANTT comunicou à autoridade superior do órgão a necessidade de aquisição de materiais de escritório, tais como canetas, lápis e papel, e, depois de autorizada a contratação, o procedimento foi encaminhado ao setor de contratações do órgão, para a realização de licitação.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

É vedado estabelecer-se na licitação margem de preferência para produtos nacionais, em detrimento de produtos fabricados em outros países, em observância ao princípio da isonomia.

Certo ( ) Errado ( )

11. **(SELECON – 2019 – PREFEITURA DE BOA VISTA-RR – ANALISTA ADMINISTRADOR)** O princípio licitatório que determina que o administrador público não pode agir, nem deixar de agir, senão de acordo com a lei e na forma determinada, refere-se ao princípio denominado:

- a) isonomia.
- b) legalidade.
- c) publicidade.
- d) impessoalidade.

12. **(FCC – 2019 – DPE-AM – ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO)** A Lei nº 8.666/1993 define que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Segundo o princípio da legalidade:

- a) impede-se que o agente público estabeleça condições de caráter não exclusivista em relação aos concorrentes, seu estado ou situação.

- b) o processo de licitação está vinculado às prescrições legais regulamentares específicas e às estabelecidas no respectivo ato convocatório.
  - c) o procedimento licitatório deve estar ajustado aos bons costumes e às regras de ética que devem nortear todas as atividades dos agentes administrativos.
  - d) todos os atos praticados pelos agentes administrativos devem ser do pleno conhecimento da coletividade.
  - e) deve ser estabelecido tratamento diferenciado injustificável entre os interessados na contratação.
13. **(INSTITUTO EXCELÊNCIA – 2019 – CORE-MT – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)** Qual o princípio que obriga a administração a observar nas decisões critérios objetivos previamente estabelecidos, afastando o subjetivismo na condução dos procedimentos de licitação?
- a) Princípio da Legalidade.
  - b) Princípio da Moralidade e da Probidade Administrativa.
  - c) Princípio da Impessoalidade.
  - d) Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.
  - e) Nenhuma das alternativas.
14. **(UFMT – 2019 – UFT – ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO)** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da \_\_\_\_\_, a seleção da proposta mais \_\_\_\_\_ para a administração e a promoção \_\_\_\_\_.  
Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.
- a) Autonomia, barata, do certame regional justo.
  - b) Diversidade, técnica, da livre concorrência.
  - c) Soberania, profissional, das aquisições regionalizadas.
  - d) Isonomia, vantajosa, do desenvolvimento nacional sustentável.
15. **(INSTITUTO PRÓ-MUNICÍPIO – 2019 CRP-11ª REGIÃO (CE) – TÉCNICO DE PATRIMÔNIO)** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Assinale a alternativa que contém todos os princípios básicos utilizados pela administração para que o processo aconteça em conformidade com a lei:
- a) legalidade; imparcialidade; moralidade; igualdade; publicidade; probidade administrativa; julgamento objetivo.
  - b) legalidade; imparcialidade; moralidade; igualdade; publicidade e propaganda; probidade administrativa; julgamento da ação.
  - c) legalidade; parcialidade; publicidade e propaganda; improbidade administrativa.
  - d) legalidade; impessoalidade; moralidade; igualdade; publicidade; probidade administrativa; vinculação ao instrumento convocatório; julgamento objetivo.

16. (IBADE – 2019 – PREFEITURA DE VILHENA-RO – CONTADOR) Dentre os princípios básicos, listados abaixo, que norteiam os procedimentos licitatórios, identifique aquele que está em **desacordo** com o tema tratado.
- a) Princípio da Modernidade.
  - b) Princípio da Legalidade.
  - c) Princípio da Isonomia.
  - d) Princípio da Impessoalidade.
  - e) Princípio da Moralidade e da Probidade Administrativa.
17. (BIG ADVICE – 2017 – PREFEITURA DE PARISI-SP – PROCURADOR JURÍDICO) O art. 3º da Lei nº 8.666/93 determina que a Licitação deverá ser processada e julgada em estrita obediência a determinados princípios. Nesse sentido, assinale a alternativa que corresponde ao princípio da igualdade entre os licitantes:
- a) a administração deve incentivar a disputa e não restringi-la, pois com a competição entre os interessados haverá a possibilidade de se obter uma proposta melhor.
  - b) o desenvolvimento da licitação deve ocorrer nos termos estabelecidos na lei e não fica a critério do administrador.
  - c) a licitação deve ser transparente e seus atos devem ser acessíveis ao público, com a exigência de publicação dos avisos contendo os resumos dos editais, bem como a abertura dos envelopes com a documentação e as propostas ocorrer em ato público.
  - d) a escolha do vencedor da licitação deve ser feita com base em julgamento apoiado em critérios objetivos.
  - e) a Administração na condução da licitação deve atuar de forma impessoal, sem privilegiar ou prejudicar nenhum dos licitantes. Todos que queiram e preencham os requisitos exigidos têm que ter as mesmas oportunidades para ingressar na disputa e, uma vez nela, devem ser tratados com isonomia no processo licitatório.
18. (IOBV – 2016 – CÂMARA DE BARRA VELHA-SC – ADVOGADO) Sobre o uso da margem de preferência nos processos de licitação, é correto afirmar, *à exceção*:
- a) poderá ser estabelecida para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.
  - b) poderá ser prevista para bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social.
  - c) poderá ser aplicada à produto ou serviço, não podendo ultrapassar o montante de dez por cento sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços similares estrangeiros.
  - d) poderá privilegiar com tratamento diferenciado e favorecido as microempresas e empresas de pequeno porte, de acordo com limitações legislativas.

- 19. (MOVENS – 2009 – PC-PA – ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL)** A Lei nº 8.666/1993 institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. De acordo com seus dispositivos, assinale a opção **incorreta**.
- a) A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
  - b) A licitação será processada e julgada em conformidade com os princípios que regem os atos da Administração Pública, entre os quais o da impessoalidade, da publicidade, da probidade administrativa, do julgamento objetivo, entre outros.
  - c) Aos agentes públicos é vedado, nos atos de convocação, admitir, prever, incluir ou tolerar cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.
  - d) Toda contratação realizada pela Administração Pública com terceiros será necessariamente precedida de licitação, sem ressalva.
- 20. (IADES – 2015 – CRC-MG – CONTADOR)** Em alterações posteriores da Lei nº 8.666/1993, foi prevista a criação de margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras. Com base no exposto, assinale a alternativa que corresponde a uma previsão legal a esse respeito.
- a) Será estabelecida com base em estudos revistos periodicamente, em prazo não superior a quatro anos.
  - b) Poderá ser estendida, total ou parcialmente, aos bens e serviços originários dos países latino-americanos.
  - c) Não prevalecem sobre as demais preferências específicas previstas na legislação quando estas forem aplicadas sobre produtos ou serviços estrangeiros.
  - d) Aplica-se o mesmo limite legal aos produtos manufaturados e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no país.
  - e) Essas margens de preferência serão definidas pelo Poder Executivo Federal, não podendo a soma delas ultrapassar o montante de 25 por cento sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros.

## GABARITO

- |      |       |       |       |
|------|-------|-------|-------|
| 1. C | 7. E  | 13. C | 19. D |
| 2. E | 8. E  | 14. D | 20. E |
| 3. E | 9. E  | 15. D |       |
| 4. E | 10. E | 16. A |       |
| 5. E | 11. B | 17. E |       |
| 6. C | 12. B | 18. C |       |

## QUESTÕES COMENTADAS

1. (CESPE/CEBRASPE – 2014 – POLÍCIA FEDERAL – ADMINISTRADOR) A utilização da licitação pública para a aquisição de produtos e serviços atende ao princípio da isonomia para a contratação, assegurando igualdade de condições aos interessados em fornecer ao Estado.

Certo ( ) Errado ( )

### Resolução simples

O **princípio da isonomia**, também conhecido como **princípio da igualdade**, visa proporcionar igualdade de condições aos concorrentes que participam do certame. Por estar previsto no art. 3º da Lei nº 8.666/93, podemos afirmar que se trata de um **princípio expresso** aplicado ao procedimento licitatório. Por fim, vejamos o mnemônico que ilustra os princípios expressos ligados às licitações:

Legalidade

Impessoalidade

Moralidade

Publicidade

Probidade

Vinculação ao instrumento convocatório

Julgamento objetivo das propostas

### Resolução completa

O princípio da isonomia (igualdade) visa proporcionar aos participantes um tratamento igualitário no que diz respeito ao procedimento licitatório. De modo geral, podemos subdividir esse princípio em duas partes: **igualdade formal** e a **igualdade material**. Ao dissertarmos sobre licitação, verificamos que é o princípio da **igualdade material** que se aplica ao referido procedimento, tendo em vista que o tratamento será igual aos iguais, mas podendo ser desigual aos desiguais na medida de suas desigualdades. O próprio dispositivo legal versa em sua literalidade sobre tratamento diferenciado a certos participantes, de forma a proporcionar uma concorrência mais isonômica, garantindo a efetividade do princípio em tela e buscando o desenvolvimento nacional. A seguir, apresentaremos os dispositivos legais que mostram a observância da igualdade material como princípio do procedimento licitatório. Vejamos:

**Art. 3º.** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da **isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 5º Nos processos de licitação, poderá ser estabelecida **margem de preferência** para:

I - produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras; e

II - bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

GABARITO: CERTO.



2. (CESPE/CEBRASPE – 2014 – POLÍCIA FEDERAL – ADMINISTRADOR) Em razão do princípio da eficiência, é possível, mediante licitação, a contratação de empresa que não tenha apresentado toda a documentação de habilitação exigida, desde que a proposta seja a mais vantajosa para a administração.

Certo ( )

Errado ( )

#### Resolução simples

O princípio da eficiência é previsto expressamente no art. 37 da CF, de modo a disciplinar toda administração pública. Por ser um procedimento administrativo, a licitação se submete aos princípios dispostos no referido artigo, entre eles o da eficiência. Entretanto, cabe ressaltar que não é apenas ao presente princípio que o procedimento licitatório está sujeito, não podendo ignorar os demais em favor da eficiência. **Assim, a contratação de empresa que não tenha apresentado a documentação necessária viola os princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório.** Diante disso, verificamos que a presente assertiva está incorreta.

#### Resolução completa

O art. 37 da CF disciplina os princípios expressos que disciplinam a administração pública. Entre esses princípios, encontra-se o da eficiência, sendo este aplicado à licitação, tendo em vista se tratar de um procedimento administrativo. A Lei nº 8.666/93 também carrega em seu texto princípios expressos e implícitos que conduzem o referido certame. É preciso que compreendamos que não há uma hierarquia entre princípios, de modo que um se sobreponha aos demais. O que se busca é uma aplicação conjunta e harmônica. Nesse sentido, a busca pela eficiência não pode ocorrer mediante o descumprimento dos demais princípios; assim, a contratação de empresas que não tenham apresentado a documentação exigida, mas que tenham uma proposta mais vantajosa, embora satisfaça o princípio da eficiência, fere os princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório. Nesse sentido, podemos verificar que a presente assertiva encontra-se incorreta.

**Art. 3º.** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio **constitucional da isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

**Art. 41.** A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

GABARITO: ERRADO.

3. (QUADRIX – 2019 – CRO-GO – CONTADOR) Com relação às normas de licitações e contratos da Administração Pública previstas na Lei nº 8.666/1993 e à modalidade de licitação denominada pregão (Lei nº 10.520/2002), julgue o item.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais barata para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Certo ( )

Errado ( )

#### Resolução simples

A presente questão busca abordar as finalidades do procedimento licitatório, de modo a questionar o conhecimento do candidato acerca da literalidade do art. 3º da Lei nº 8.666/93. Assim, podemos verificar que a assertiva acerta ao apontar a isonomia e o



desenvolvimento nacional como finalidades da licitação. Entretanto, equivoca-se ao descrever que a proposta mais barata seria uma finalidade do referido procedimento, sendo que na verdade a finalidade é a busca pela proposta mais vantajosa, que nem sempre se confunde com a mais barata.

### Resolução completa

A Lei nº 8.666/93, também conhecida como lei de licitação, descreve, no bojo de sua literalidade, as finalidades almejadas pelo procedimento licitatório, sendo elas:

#### ■ Isonomia

#### ■ Proposta mais vantajosa

#### ■ Desenvolvimento Nacional

No que diz respeito à busca pela proposta mais vantajosa, é importante tecer alguns comentários. A presente finalidade busca proporcionar à administração pública a obtenção do objeto pretendido de uma maneira vantajosa. Entretanto, a vantagem almejada na proposta não se confunde com a proposta mais barata. Para tanto, podemos descrever que a proposta mais vantajosa é aquela que, por exemplo, consiga harmonizar o binômio **oferta x qualidade**, pois nem sempre o objeto mais barato poderá proporcionar a qualidade adequada a ponto de ser visto como vantajoso. Além disso, em caso de leilão, por exemplo, a proposta mais vantajosa será aquela que tiver o maior lance, pois nesse caso a administração busca alienar um objeto, não sendo nesse caso a mais barata. Vejamos a seguir o texto legal:

**Art. 3º.** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

GABARITO: ERRADO.

#### 4. (QUADRIX – 2017 – CRN 3ª REGIÃO (SP e MS) – ASSISTENTE TÉCNICO I) A respeito de licitações, julgue o item a seguir

Em decorrência do princípio da adjudicação compulsória, o licitante vencedor tem direito de exigir a celebração do contrato com a Administração.

Certo ( ) Errado ( )

### Resolução simples

A adjudicação compulsória ao vencedor é um princípio implícito previsto na lei de licitação, que proporciona ao vencedor do procedimento **uma expectativa de direito** quanto à celebração do contrato. Não se trata de um direito subjetivo de contratação, mas apenas uma promessa em que, caso a administração queira celebrar o contrato, terá esta que procurar o candidato vencedor.

Diante disso, verificamos que a questão está incorreta, pois o vencedor não tem o direito a celebração do contrato, mas mera expectativa de sua ocorrência.

### Resolução completa

A adjudicação compulsória ao vencedor é um princípio implícito previsto na lei de licitação que proporciona ao vencedor do procedimento **uma expectativa de direito** quanto à celebração do contrato. Vejamos:

**Art. 50.** A Administração não poderá celebrar o contrato com preterição da ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos ao procedimento licitatório, sob pena de nulidade.

Repare que o dispositivo em nenhum momento versa sobre a obrigatoriedade da administração pública de celebrar o contrato com o participante vencedor. O que ocorre é que ao encerrar o procedimento licitatório, a administração pública, no seu juízo de conveniência e oportunidade, poderá celebrar ou não o contrato do objeto que licitou. Entretanto, caso decida por celebrar, deverá fazer obrigatoriamente com o vencedor, caso esse queira. Sendo negativa sua resposta, deverá procurar o próximo na ordem de convocação.

Repare que o presente princípio gera ao vencedor **uma expectativa de direito, e não um direito subjetivo de celebração**.

GABARITO: ERRADO.

5. **(QUADRIX – 2018 – CRM-PR – PROFISSIONAL DE SUPORTE ADMINISTRATIVO)** A respeito de licitações e contratos com a Administração Pública, julgue o item subsequente.

Segundo o princípio do julgamento objetivo, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Certo ( ) Errado ( )

#### Resolução simples

Ótima questão que cobra do candidato, além da literalidade, o art. 3º da Lei nº 8.666/93. A questão está errada, pois o princípio que veda administração pública de descumprir as normas condições do edital não é o do julgamento objetivo, mas o da **vinculação ao instrumento convocatório**.

#### Resolução completa

A presente questão busca diferenciar os conceitos entre os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e o princípio do julgamento objetivo. Assim, de maneira resumida, podemos verificar que questão aborda acerca do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, tendo em vista que a assertiva versa sobre a vedação da administração pública em descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. Assim, para que não restem dúvidas, iremos apresentar a seguir a definição de ambos os princípios:

■ **Vinculação ao instrumento convocatório:** no ato convocatório, constam todas as normas e critérios aplicáveis à licitação. É por meio dele que o Poder Público chama os potenciais interessados em contratar com ele e apresenta o objeto a ser licitado, o procedimento adotado, as condições de realização da licitação, bem como a forma de participação dos licitantes. Nele devem constar necessariamente os critérios de aceitabilidade e julgamento das propostas, bem como as formas de execução do futuro contrato. O instrumento convocatório apresenta-se de duas formas: edital e convite. O primeiro é utilizado nas modalidades concorrência, pregão, concurso, tomada de preços e leilão. Já o segundo é apenas utilizado na modalidade convite.

■ **Julgamento objetivo:** esse princípio significa que o administrador deve observar critérios objetivos definidos no ato convocatório para o julgamento das propostas. Afasta a possibilidade de o julgador se utilizar de fatores subjetivos ou de critérios não previstos no ato convocatório, mesmo que em benefício da própria Administração.

GABARITO: ERRADO.

6. **(CESPE/CEBRASPE – 2018 – EMAP – ANALISTA PORTUÁRIO)** A respeito de finalidades e princípios norteadores da licitação, julgue o item a seguir.

No curso de uma licitação, é vedado alterar os critérios e as exigências fixadas no instrumento convocatório.

Certo ( ) Errado ( )

### Resolução simples

Com base no princípio da **vinculação ao instrumento convocatório**, o contratante não poderá no curso do certame alterar os critérios e exigências do instrumento convocatório, sob pena de nulidade por ferir princípios inerentes à licitação. Entre esses princípios, podemos destacar não somente o da vinculação ao instrumento convocatório, como também o da **isonomia** e do **julgamento objetivo**.

### Resolução completa

No ato convocatório, constam todas as normas e critérios aplicáveis à licitação. É por meio dele que o Poder Público chama os potenciais interessados em contratar com ele e apresenta o objeto a ser licitado, o procedimento adotado, as condições de realização da licitação, bem como a forma de participação dos licitantes. Nele devem constar necessariamente os critérios de aceitabilidade e julgamento das propostas, bem como as formas de execução do futuro contrato. O instrumento convocatório apresenta-se de duas formas: edital e convite. O primeiro é utilizado nas modalidades concorrência, pregão, concurso, tomada de preços e leilão. Já o segundo é apenas utilizado na modalidade convite.

Por meio desse princípio, fica vedada a contratante, no curso do procedimento, modificar os critérios e exigências inicialmente previstas, de modo a ferir não somente o citado princípio, como também o da isonomia e do julgamento objetivo. Sobre o tema, é pertinente citar as palavras do professor Maçal Justen Filho, vejamos:

*O conteúdo do edital restringe as possibilidades dos concorrentes e delimita as propostas que serão apreciadas etc. Daí aludir-se ao princípio da vinculação ao edital, para indicar o exaurimento da competência discricionária. Ao produzir e divulgar o ato convocatório, a Administração exercita juízos de conveniência e oportunidade sobre o objeto a ser contratado, os requisitos de participação, os critérios de seleção do vencedor. Se a Administração identificar, posteriormente, algum defeito na sua atuação anterior, ser-lhe-á assegurada a faculdade de rever o edital – mas isso importará a invalidação do certame e a renovação da competição. No curso de uma licitação, é vedado alterar os critérios a as exigências fixadas no ato convocatório.*

GABARITO: CERTO.

7. (CESPE/CEBRASPE – 2018 – EMAP – ANALISTA PORTUÁRIO) A respeito de finalidades e princípios norteadores da licitação, julgue o item a seguir.

Em razão do princípio da isonomia, é vedada qualquer diferenciação entre particulares para a contratação com a administração pública.

Certo ( ) Errado ( )

### Resolução simples

Conforme já estudamos entre os princípios que regem o procedimento de licitação, podemos destacar o princípio da isonomia. Assim, tendo em vista sua presença no art. 3º da Lei nº 8.666/93, temos que nos atentar que tal princípio se aplica com base na igualdade material. Dessa forma, conclui-se que os iguais serão tratados de maneira igualitária, e os desiguais de forma desigual na medida de sua desigualdade. Tal afirmação pode ser confirmada mediante a verificação do texto legal da lei supracitada, tendo em vista que o próprio ordenamento jurídico prevê hipóteses de diferenciação entre os participantes. Como exemplo podemos destacar critérios diferenciados de desempate ou estabelecimento de margem de preferência. Assim, podemos verificar que a questão está incorreta.

### Resolução completa

O princípio da isonomia (igualdade) visa proporcionar aos participantes um tratamento igualitário no que diz respeito ao procedimento licitatório. De modo geral, podemos subdividir esse princípio em duas partes:

**igualdade formal** e a **igualdade material**. Ao dissertarmos sobre licitação, verificamos que é o princípio da **igualdade material** que se aplica ao referido procedimento, tendo em vista que o tratamento será igual aos iguais, podendo ser desigual aos desiguais na medida de suas desigualdades. O próprio dispositivo legal versa em sua literalidade sobre tratamento diferenciado a certos participantes, de forma a proporcionar uma concorrência mais isonômica, garantindo a efetividade do princípio em tela e buscando o desenvolvimento nacional. A seguir, apresentaremos os dispositivos legais que mostram a observância da igualdade material como princípio do procedimento licitatório. Vejamos:

**Art. 3º.** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da **isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Como forma de exemplificar a **igualdade material** no procedimento licitatório, podemos destacar as hipóteses legais de **critérios de desempate** e **margem de preferência**. Repare que são institutos distintos, podendo a banca tentar confundi-los, de forma a trocar suas previsões legais. Assim, iremos apresentar a seguir as duas hipóteses de maneira didáticas:

**Art. 3º, § 2º.** Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

II - produzidos no País;

III - produzidos ou prestados por empresas brasileiras.

IV - produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país.

V - produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

**Art. 3º, § 5º.** Nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para:

I - produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras; e

II - bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

GABARITO: ERRADO.

8. **(CESPE/CEBRASPE – 2018 – FUB – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR)** À luz das Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, que dispõem sobre licitações e contratos da administração pública, julgue o item a seguir.

No processo licitatório, é vedado que se estabeleça margem de preferência por produto ou serviço, em respeito ao princípio constitucional da isonomia – igualdade de todos os participantes.

Certo ( ) Errado ( )

### Resolução simples

O princípio da isonomia que rege o procedimento licitatório busca estabelecer uma igualdade material entre os participantes. Para isso, trata os iguais de maneira igual e os desiguais de forma desigual, na medida de sua desigualdade. Dessa forma, almejando o desenvolvimento nacional sustentável e a observância do princípio constitucional da isonomia, a lei de licitação estabelece preferências e tratamentos diferenciados, de forma a garantir a igualdade material. Dentre algumas hipóteses, podemos destacar a

preferência por produtos/serviços produzidos/prestados no Brasil ou produzidos/prestados por empresa brasileira.

**Lembre-se que essa forma de tratamento não viola o princípio da isonomia, mas efetiva sua observância no procedimento licitatório.**

#### Resolução completa

O texto legal, baseado na aplicação da igualdade material, disciplina a oportunidade de propiciar tratamento diferenciado a certos participantes do certame, tendo a possibilidade de estabelecer margem de preferência para certos produtos e serviços. Vejamos:

§ 5º Nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para:

I - produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras; e

II - bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

Sobre o tema, cabe ressaltar que a fixação de margem de preferência não resulta na desobediência ao princípio da isonomia, pelo contrário, efetiva sua aplicação no procedimento licitatório. Dessa forma, podemos afirmar que a finalidade da observância do princípio da isonomia e a busca pelo desenvolvimento nacional sustentável estão sendo garantidos ao se fixar preferência quando cabível. Vejamos o texto legal:

**Art. 3º.** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

GABARITO: ERRADO.

9. **(CESPE/CEBRASPE – 2015 – TCE-RN – INSPETOR/CARGO 5)** Acerca do regime jurídico-administrativo, da organização administrativa e dos dispositivos relacionados à licitação, julgue o item que se segue.

Situação hipotética: um edital de licitação estabeleceu margem de preferência para a contratação de serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras. Assertiva: Nesse caso, com base no que dispõe a Lei nº 8.666/1993, o referido edital deverá ser impugnado sob o argumento de ofensa à isonomia dos licitantes.

Certo ( ) Errado ( )

#### Resolução simples

O princípio da isonomia que rege o procedimento licitatório busca estabelecer uma igualdade material entre os participantes. Para isso, trata os iguais de maneira igual e os desiguais de forma desigual, na medida de sua desigualdade. Dessa forma, almejando o desenvolvimento nacional sustentável e a observância do princípio constitucional da isonomia, a lei de licitação estabelece preferências e tratamentos diferenciados, de forma a garantir a igualdade material. Dentre algumas hipóteses, podemos destacar a preferência por produtos/serviços produzidos/prestados no Brasil ou produzidos/prestados por empresa brasileira.

**Lembre-se que essa forma de tratamento não viola o princípio da isonomia, mas efetiva sua observância no procedimento licitatório.**

Dessa forma, não há que se falar em impugnação do edital, uma vez que se encontra em conformidade com ordenamento jurídico.

### Resolução completa

O princípio da isonomia (igualdade) visa proporcionar aos participantes um tratamento igualitário no que diz respeito ao procedimento licitatório. De modo geral, podemos subdividir esse princípio em duas partes: **igualdade formal** e a **igualdade material**. Ao dissertarmos sobre licitação, verificamos que é o princípio da **igualdade material** que se aplica ao referido procedimento, tendo em vista que o tratamento será igual aos iguais, podendo ser desigual aos desiguais, na medida de suas desigualdades. O próprio dispositivo legal versa em sua literalidade sobre tratamento diferenciado a certos participantes, de forma a proporcionar uma concorrência mais isonômica, garantindo a efetividade do princípio em tela e buscando o desenvolvimento nacional sustentável. A seguir, apresentaremos os dispositivos legais que mostram a observância da igualdade material como princípio do procedimento licitatório. Vejamos:

**Art. 3º.** *A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da **isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

Como forma de exemplificar a **igualdade material** no procedimento licitatório, podemos destacar as hipóteses legais de **critérios de desempate** e **margem de preferência**. Repare que são institutos distintos, podendo a banca tentar confundi-los, de forma a trocar suas previsões legais. Assim, iremos apresentar a seguir as duas hipóteses de maneira didáticas, lembrando que **elas não se confundem**.

**Art. 3º, § 2º.** *Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:*

*II - produzidos no País;*

*III - produzidos ou prestados por empresas brasileiras.*

*IV - produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.*

*V - produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.*

**Art. 3º, § 5º.** *Nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para:*

*I - produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras; e*

*II - bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.*

GABARITO: ERRADO.

- 10. (CESPE/CEBRASPE – 2013 – ANTT – CARGOS 1, 2, 3, 4, 5, 7 E 8)** O almoxarifado da ANTT comunicou à autoridade superior do órgão a necessidade de aquisição de materiais de escritório, tais como canetas, lápis e papel, e, depois de autorizada a contratação, o procedimento foi encaminhado ao setor de contratações do órgão, para a realização de licitação.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

É vedado estabelecer-se na licitação margem de preferência para produtos nacionais, em detrimento de produtos fabricados em outros países, em observância ao princípio da isonomia.

Certo ( )

Errado ( )

### Resolução simples

O princípio da isonomia que rege o procedimento licitatório busca estabelecer uma igualdade material entre os participantes. Para isso, trata os iguais de maneira igual e os desiguais de forma desigual, na medida de sua desigualdade. Dessa forma, almejando o desenvolvimento nacional sustentável e a observância do princípio constitucional da isonomia, a lei de licitação estabelece preferências e tratamentos diferenciados, de forma a garantir a igualdade material. Dentre algumas hipóteses, podemos destacar a preferência por produtos/serviços produzidos/prestados no Brasil ou produzidos/prestados por empresa brasileira.

**Lembre-se que essa forma de tratamento não viola o princípio da isonomia, mas efetiva sua observância no procedimento licitatório.**

Dessa forma, não há que se falar em impugnação do edital, uma vez que se encontra em conformidade com ordenamento jurídico.

### Resolução completa

O princípio da isonomia (igualdade) visa proporcionar aos participantes um tratamento igualitário no que diz respeito ao procedimento licitatório. De modo geral, podemos subdividir esse princípio em duas partes: **igualdade formal** e a **igualdade material**. Ao dissertarmos sobre licitação, verificamos que é o princípio da **igualdade material** que se aplica ao referido procedimento, tendo em vista que o tratamento será igual aos iguais, podendo ser desigual aos desiguais, na medida de suas desigualdades. O próprio dispositivo legal versa em sua literalidade sobre tratamento diferenciado a certos participantes, de forma a proporcionar uma concorrência mais isonômica, garantindo a efetividade do princípio em tela e buscando o desenvolvimento nacional sustentável. A seguir, apresentaremos os dispositivos legais que mostram a observância da igualdade material como princípio do procedimento licitatório. Vejamos:

**Art. 3º.** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da **isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

Como forma de exemplificar a **igualdade material** no procedimento licitatório, podemos destacar as hipóteses legais de **critérios de desempate** e **margem de preferência**. Repare que são institutos distintos, podendo a banca tentar confundi-los, de forma a trocar suas previsões legais. Assim, iremos apresentar a seguir as duas hipóteses de maneira didáticas, lembrando que **elas não se confundem**.

**Art. 3º, § 2º.** Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

II - produzidos no País;

III - produzidos ou prestados por empresas brasileiras.

IV - produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

V - produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

**Art. 3º, § 5º.** Nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para:

I - produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras; e



*II - bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.*

GABARITO: ERRADO.

- 11. (SELECON – 2019 – PREFEITURA DE BOA VISTA-RR – ANALISTA ADMINISTRADOR)** O princípio licitatório que determina que o administrador público não pode agir, nem deixar de agir, senão de acordo com a lei e na forma determinada, refere-se ao princípio denominado:

- a) isonomia.
- b) legalidade.
- c) publicidade.
- d) impessoalidade

#### **Resolução simples**

A presente questão busca cobrar conhecimento além da literalidade da norma. Visa saber se o aluno tem o entendimento sobre o conceito de cada princípio. Assim, ao analisarmos o comando da questão, percebemos a seguinte expressão “agir, senão de acordo com a lei”. Tal expressão nos remete ao princípio da legalidade, no qual a administração pública somente poderá agir naquilo em que a lei prevê. Dessa forma, o fato de agir conforme a lei nos remete ao conceito do princípio da **legalidade**.

#### **Resolução completa**

Vejamos, a seguir, a resolução completa da questão:

##### **a) Isonomia**

O princípio da isonomia determina que compete à administração pública conceder a todos os licitantes aptos à mesma oportunidade, tratando os iguais de maneira igual e os desiguais na medida de sua desigualdade. Por exemplo: oferecer tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.

##### **b) Legalidade**

A presente alternativa está de acordo com o comando da questão e é nosso gabarito. Trata-se do conceito do princípio da legalidade, que pode ser definido nas palavras do professor Carvalho Filho:

*No campo das licitações, o princípio da legalidade impõe, principalmente, que o administrador observe as regras que a lei traçou para o procedimento. É a aplicação do devido processo legal, segundo o qual se exige que a Administração escolha a modalidade certa; que seja bem clara quanto aos critérios seletivos; que só deixe de realizar a licitação nos casos permitidos na lei; que verifique, com cuidado, os requisitos de habilitação dos candidatos, e, enfim, que se disponha a alcançar os objetivos colimados, seguindo os passos dos mandamentos legais (CARVALHO FILHO, 2014, [n.p.]).*

##### **c) Publicidade**

O princípio da publicidade objetiva a divulgação oficial dos atos administrativos. Sua função é garantir a transparência no trato da coisa pública e de fazer com que a sociedade tenha acessos às informações de interesse público. Aplicação do art. 3º, da Lei nº 8.666/93.

##### **d) Impessoalidade**

O princípio da impessoalidade preza pela imparcialidade na defesa do interesse público, com o objetivo de impedir privilégios e perseguições, dando tratamento igualitário a todos os administrados que se encontrem na mesma situação jurídica.

**GABARITO: “B”.**

- 12. (FCC – 2019 – DPE-AM – ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO)** A Lei nº 8.666/1993 define que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Segundo o princípio da legalidade:

- a) impede-se que o agente público estabeleça condições de caráter não exclusivista em relação aos concorrentes, seu estado ou situação.
- b) o processo de licitação está vinculado às prescrições legais regulamentares específicas e às estabelecidas no respectivo ato convocatório.
- c) o procedimento licitatório deve estar ajustado aos bons costumes e às regras de ética que devem nortear todas as atividades dos agentes administrativos.
- d) todos os atos praticados pelos agentes administrativos devem ser do pleno conhecimento da coletividade.
- e) deve ser estabelecido tratamento diferenciado injustificável entre os interessados na contratação.

#### Resolução simples

O princípio da legalidade remete à ideia de que a Administração Pública poderá agir somente quando respaldada por dispositivo legal. Vale ressaltar que a ela somente poderá fazer aquilo que a lei prever. Assim, a licitação, por ser um procedimento administrativo, está vinculado às prescrições legais regulamentares específicas estabelecidas no respectivo ato convocatório.

#### Resolução completa

Vejamos, a seguir, a resolução completa da questão:

- a)** Impede-se que o agente público estabeleça condições de caráter não exclusivista em relação aos concorrentes, seu estado ou situação.

Trata-se da definição do **princípio da isonomia**.

- b) O processo de licitação está vinculado às prescrições legais regulamentares específicas e às estabelecidas no respectivo ato convocatório.**

Correto é o nosso gabarito. Assim, a presente alternativa descreve o conceito do princípio da legalidade, que também pode ser definido nas palavras do professor Carvalho Filho:

*No campo das licitações, o princípio da legalidade impõe, principalmente, que o administrador observe as regras que a lei traçou para o procedimento. É a aplicação do devido processo legal, segundo o qual se exige que a Administração escolha a modalidade certa; que seja bem clara quanto aos critérios seletivos; que só deixe de realizar a licitação nos casos permitidos na lei; que verifique, com cuidado, os requisitos de habilitação dos candidatos, e, enfim, que se disponha a alcançar os objetivos colimados, seguindo os passos dos mandamentos legais (CARVALHO FILHO, 2014, [n.p.]).*

- c)** O procedimento licitatório deve estar ajustado aos bons costumes e às regras de ética que devem nortear todas as atividades dos agentes administrativos.

Trata-se do **princípio da moralidade**.

**d)** Todos os atos praticados pelos agentes administrativos devem ser do pleno conhecimento da coletividade.

Trata-se do **princípio da publicidade**.

**e)** Deve ser estabelecido tratamento diferenciado injustificável entre os interessados na contratação.

Não há previsão legal que determine tratamento diferenciado de forma injustificada. Baseado no princípio da isonomia, é até possível o tratamento diferenciado, mas de maneira justificada.

GABARITO: B.

**13. (INSTITUTO EXCELÊNCIA – 2019 – CORE-MT – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)** Qual o princípio que obriga a administração a observar nas decisões critérios objetivos previamente estabelecidos, afastando o subjetivismo na condução dos procedimentos de licitação?

- a)** Princípio da legalidade.
- b)** Princípio da moralidade e da probidade administrativa.
- c)** Princípio da impessoalidade.
- d)** Princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
- e)** Nenhuma das alternativas.

#### **Resolução simples**

Podemos descrever o princípio da **impessoalidade** como aquele que obriga a Administração a observar, nas suas decisões, critérios objetivos previamente estabelecidos, afastando a discricionariedade e o subjetivismo na condução dos procedimentos das licitações.

Assim, tendo em vista alcançar a ausência do subjetivismo, só resta a opção pelo princípio da **impessoalidade**.

#### **Resolução completa**

A leitura do comando da questão proporciona um duplo entendimento sobre qual princípio aplicar. Ao citar o afastamento pelo subjetivismo, podemos perceber a presença do princípio da **impessoalidade**. Por outro lado, ao indagar que as decisões devem obedecer a critérios objetivos, podemos logo pensar no princípio do **julgamento objetivo**. Assim, a questão busca o cerne da conceituação dos dois conceitos. Dessa forma, ao analisarmos as alternativas, percebemos que não há a opção **julgamento objetivo**, sendo, assim, mais plausível marcar a opção que versa sobre a **impessoalidade**.

GABARITO: C.

**14. (UFMT – 2019 – UFT – ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO)** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da \_\_\_\_\_, a seleção da proposta mais \_\_\_\_\_ para a administração e a promoção \_\_\_\_\_.

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

- a)** Autonomia, barata, do certame regional justo.
- b)** Diversidade, técnica, da livre concorrência.
- c)** Soberania, profissional, das aquisições regionalizadas.
- d)** Isonomia, vantajosa, do desenvolvimento nacional sustentável.

### Resolução simples

A questão pode ser considerada de fácil resolução, desde de você tenha internalizado a literalidade do art. 3º, da Lei nº 8.666/93. Assim, podemos destacar como finalidade do procedimento licitatório:

→ **Isonomia**

→ **Proposta mais vantajosa**

→ **Desenvolvimento nacional sustentável**

Diante disso, percebemos que a resposta correta é a alternativa d).

### Resolução completa

Vejamos, a seguir, a resolução completa da questão:

#### a) Autonomia, barata, do certame regional justo

A alternativa está incorreta, tendo em vista que observar o princípio constitucional da **isonomia**, e não da autonomia, e a proposta é a mais **vantajosa**, que nem sempre se confunde com a mais barata. Vejamos:

**Art. 3º.** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

#### b) Diversidade, técnica, da livre concorrência

Diante da leitura do texto legal, percebemos que não há nenhuma dessas hipóteses:

**Art. 3º.** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

#### c) Soberania, profissional, das aquisições regionalizadas

Diante da leitura do texto legal, percebemos que não há nenhuma dessas hipóteses na lei. Vejamos:

**Art. 3º.** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

#### d) Isonomia, vantajosa, do desenvolvimento nacional sustentável

Alternativa correta e é o nosso gabarito. A questão aborda a literalidade do art. 3º da lei de licitação. Assim, podemos destacar como finalidade do procedimento licitatório:

→ **ISONOMIA**

→ **PROPOSTA MAIS VANTAJOSA**

→ **DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL**

GABARITO: D.

**15. (INSTITUTO PRÓ-MUNICÍPIO – 2019 CRP-11ª REGIÃO (CE) – TÉCNICO DE PATRIMÔNIO)** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Assinale a alternativa que contém todos os princípios básicos utilizados pela administração para que o processo aconteça em conformidade com a lei:

- a) legalidade; imparcialidade; moralidade; igualdade; publicidade; probidade administrativa; julgamento objetivo.
- b) legalidade; imparcialidade; moralidade; igualdade; publicidade e propaganda; probidade administrativa; julgamento da ação.
- c) legalidade; parcialidade; publicidade e propaganda; improbidade administrativa.
- d) legalidade; impessoalidade; moralidade; igualdade; publicidade; probidade administrativa; vinculação ao instrumento convocatório; julgamento objetivo.

#### Resolução simples

A questão aborda o conhecimento acerca da literalidade dos princípios expressos que regem o procedimento licitatório. Tal previsão legal pode ser verificada nas palavras do art. 3º da Lei nº 8.666/93. De maneira mais didática, iremos apresentar uma forma mais fácil de internalizar tais princípios. Vejamos o mnemônico que ilustra os princípios expressos ligados às licitações:

Legalidade

Impessoalidade

Moralidade

Publicidade

Probidade

Vinculação ao instrumento convocatório

Julgamento objetivo das propostas

#### Resolução completa

Vejamos, a seguir, a resolução completa da questão, sendo analisadas todas alternativas até alcançarmos o gabarito:

**a) legalidade; imparcialidade; moralidade; igualdade; publicidade; probidade administrativa; julgamento objetivo;**

A questão está incompleta, tendo em vista que não apresenta o princípio da **vinculação ao instrumento convocatório**. Além disso, literalmente falando, a norma não faz menção ao princípio da imparcialidade, mas ao da **impessoalidade**.

**b) legalidade; imparcialidade; moralidade; igualdade; publicidade e propaganda; probidade administrativa; julgamento da ação;**

A questão está incompleta, tendo em vista que não apresenta o princípio da **vinculação ao instrumento convocatório**. Além disso, literalmente falando, a norma não faz menção ao princípio da imparcialidade, mas ao da **impessoalidade**. Por fim, o princípio é apenas da **publicidade**, em nada versando sobre propaganda.

**c) legalidade; parcialidade; publicidade e propaganda; improbidade administrativa;**

A questão apresenta apenas um princípio como correto, equivocando-se nos demais. Assim, para melhor internalizarmos o presente conteúdo, apresentamos o mnemônico que ilustra os princípios expressos ligados às licitações:

**L**egalidade

**I**mpessoalidade

**M**oralidade

**P**ublicidade

**P**robidade

**V**inculação ao instrumento convocatório

**J**ulgamento objetivo das propostas

**d) legalidade; impessoalidade; moralidade; igualdade; publicidade; probidade administrativa; vinculação ao instrumento convocatório; julgamento objetivo.**

Questão correta e é o nosso gabarito. Apresenta a literalidade do art. 3º da lei de licitação, disciplinando os princípios expressos que regem o procedimento licitatório. Vejamos:

**Art. 3º.** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com **os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.**

GABARITO: D.

16. (IBADE – 2019 – PREFEITURA DE VILHENA-RO – CONTADOR) Dentre os princípios básicos, listados abaixo, que norteiam os procedimentos licitatórios, identifique aquele que está em **desacordo** com o tema tratado.
- a) Princípio da Modernidade.
  - b) Princípio da Legalidade.
  - c) Princípio da Isonomia.
  - d) Princípio da Impessoalidade.
  - e) Princípio da Moralidade e da Probidade Administrativa.

#### **Resolução simples**

A questão aborda o conhecimento acerca da literalidade dos princípios expressos que regem o procedimento licitatório. Tal previsão legal pode ser verificada nas palavras do art. 3º da Lei nº 8.666/93. De maneira mais didática, iremos apresentar uma forma mais fácil de internalizar tais princípios. Vejamos o mnemônico que ilustra os princípios expressos ligados às licitações:

**L**egalidade

**I**mpessoalidade

**M**oralidade

**P**ublicidade

Probidade

Vinculação ao instrumento convocatório

Julgamento objetivo das propostas

Assim, a única alternativa que não está presente é a letra a).

### Resolução completa

Vejam, a seguir, a resolução completa da questão:

#### a) Princípio da Modernidade

Alternativa em desacordo com o que versa o art. 3º da Lei nº 8.666/93, sendo o nosso gabarito. Com base no mnemônico a seguir, podemos verificar que não há Modernidade entre os princípios apresentados. Vejamos:

Legalidade

Impessoalidade

Moralidade

Publicidade

Probidade

Vinculação ao instrumento convocatório

Julgamento objetivo das propostas

#### b) Princípio da Legalidade

Está correta, tendo em vista a literalidade do art. 3º da lei de licitação:

**Art. 3º.** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da **legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

#### c) Princípio da Isonomia

Está correta, tendo em vista a literalidade do art. 3º da lei de licitação:

**Art. 3º.** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da **isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da **igualdade**, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

#### d) Princípio da Impessoalidade

Está correta, tendo em vista a literalidade do art. 3º da lei de licitação:

**Art. 3º.** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da **impessoalidade**, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

#### e) Princípio da Moralidade e da Probidade Administrativa

Está correta tendo em vista a literalidade do art. 3º da lei de licitação:



**Art. 3º.** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da **moralidade**, da igualdade, da publicidade, da **probidade administrativa**, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

GABARITO: A.

17. (BIG ADVICE – 2017 – PREFEITURA DE PARISI-SP – PROCURADOR JURÍDICO) O art. 3º da Lei nº 8.666/93 determina que a Licitação deverá ser processada e julgada em estrita obediência a determinados princípios. Nesse sentido, assinale a alternativa que corresponde ao princípio da igualdade entre os licitantes:
- a) a administração deve incentivar a disputa e não restringi-la, pois com a competição entre os interessados haverá a possibilidade de se obter uma proposta melhor.
  - b) o desenvolvimento da licitação deve ocorrer nos termos estabelecidos na lei e não fica a critério do administrador.
  - c) a licitação deve ser transparente e seus atos devem ser acessíveis ao público, com a exigência de publicação dos avisos contendo os resumos dos editais, bem como a abertura dos envelopes com a documentação e as propostas ocorrer em ato público.
  - d) a escolha do vencedor da licitação deve ser feita com base em julgamento apoiado em critérios objetivos.
  - e) a Administração na condução da licitação deve atuar de forma impessoal, sem privilegiar ou prejudicar nenhum dos licitantes. Todos que queiram e preencham os requisitos exigidos têm que ter as mesmas oportunidades para ingressar na disputa e, uma vez nela, devem ser tratados com isonomia no processo licitatório.

#### Resolução simples

A presente questão busca abordar o entendimento do aluno quanto à sua compreensão do princípio da isonomia (igualdade) em licitação. O procedimento licitatório tem como uma de suas finalidades a garantia do princípio constitucional da isonomia (igualdade). Para podermos responder à questão, é preciso saber identificar que o princípio da isonomia usado em matéria de licitação é **material**. Assim, conclui-se que os iguais serão tratados de maneira igualitária, e os desiguais de forma desigual, na medida de sua desigualdade. Entretanto, como regra geral, podemos definir que o princípio da igualdade é a atuação impessoal da Administração Pública frente aos concorrentes, não havendo privilégio entre participantes, sendo garantido a todos as mesmas oportunidades de concorrência.

#### Resolução completa

Vejamos, a seguir, a resolução completa da questão:

**a)** A Administração deve incentivar a disputa e não restringi-la, pois com a competição entre os interessados haverá a possibilidade de se obter uma proposta melhor.

Trata-se do princípio implícito da **competitividade**, em nada se adequando ao comando da questão em definir o princípio da isonomia (igualdade).

**b)** O desenvolvimento da licitação deve ocorrer nos termos estabelecidos na lei e não fica a critério do administrador.

Trata-se do princípio da **legalidade**, e não o da isonomia (igualdade).

**c) A licitação deve ser transparente e seus atos devem ser acessíveis ao público, com a exigência de publicação dos avisos contendo os resumos dos editais, bem como a abertura dos envelopes com a documentação e as propostas ocorrer em ato público.**

Trata-se do princípio da **publicidade**, e não o da isonomia (igualdade).

**d) A escolha do vencedor da licitação** deve ser feita com base em julgamento apoiado em critérios objetivos.

Trata-se do princípio do **julgamento objetivo**, e não o da isonomia (igualdade).

**e) A Administração na condução da licitação deve atuar de forma impessoal, sem privilegiar ou prejudicar nenhum dos licitantes. Todos que queiram e preencham os requisitos exigidos têm que ter as mesmas oportunidades para ingressar na disputa e, uma vez nela, devem ser tratados com isonomia no processo licitatório.**

Questão correta e é o nosso gabarito, trata-se da descrição do princípio da isonomia, coadunando com o que foi pedido no comando da questão.

GABARITO: E.

**18. (IOBV – 2016 – CÂMARA DE BARRA VELHA-SC – ADVOGADO)** Sobre o uso da margem de preferência nos processos de licitação, é correto afirmar, *à exceção*:

- a)** poderá ser estabelecida para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.
- b)** poderá ser prevista para bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social.
- c)** poderá ser aplicada à produto ou serviço, não podendo ultrapassar o montante de dez por cento sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços similares estrangeiros.
- d)** poderá privilegiar com tratamento diferenciado e favorecido as microempresas e empresas de pequeno porte, de acordo com limitações legislativas.

#### **Resolução simples**

Conforme versa o texto da Lei nº 8.666/93, é possível sim estabelecer margem de preferência para produtos e serviços estipulados no art. 3º, §§ 5º e 7º, da referida lei, desde que não ultrapasse o montante de **25% sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços similares estrangeiros**.

#### **Resolução completa**

Vejam, a seguir, a resolução completa da questão:

**a) Poderá ser estabelecida para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.**

Correto, está previsto no art. 3º, § 5º:

§ 5º Nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para:

*I - produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras*

**b) Poderá ser prevista para bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social.**

Correto, está previsto no art. 3º, § 5º:

§ 5º Nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para:

*II - bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.*

**c) Poderá ser aplicada à produto ou serviço, não podendo ultrapassar o montante de dez por cento sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços similares estrangeiros.**

Incorreto e é o nosso gabarito, tendo em vista que **o montante a não ser ultrapassado é de 25%**, e não de 10%, conforme afirma a alternativa:

§ 8º As margens de preferência por produto, serviço, grupo de produtos ou grupo de serviços, a que se referem os §§ 5º e 7º, serão definidas pelo Poder Executivo federal, **não podendo a soma delas ultrapassar o montante de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros.**

**d) Poderá privilegiar com tratamento diferenciado e favorecido as microempresas e empresas de pequeno porte, de acordo com limitações legislativas.**

Correto, podendo ser verificado no art. 3º, § 14:

§ 14. As preferências definidas neste artigo e nas demais normas de licitação e contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na forma da lei.

GABARITO: C.

**19. (MOVENS – 2009 – PC-PA – ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL)** A Lei nº 8.666/1993 institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. De acordo com seus dispositivos, assinale a opção **incorreta**.

- a) A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
- b) A licitação será processada e julgada em conformidade com os princípios que regem os atos da Administração Pública, entre os quais o da impessoalidade, da publicidade, da probidade administrativa, do julgamento objetivo, entre outros.
- c) Aos agentes públicos é vedado, nos atos de convocação, admitir, prever, incluir ou tolerar cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.
- d) Toda contratação realizada pela Administração Pública com terceiros será necessariamente precedida de licitação, sem ressalva.

#### **Resolução simples**

Como regra geral, podemos verificar que a Administração Pública tem como regra a contratação com terceiros por meio de **licitação**. Entretanto, a lei permite que essa contrate com terceiros, de maneira excepcional, sem a necessidade do procedimento licitatório, conhecido como **contratação direta**. Nesse caso, não haverá licitação, podendo ser tal modalidade dividida em duas espécies:

**Inexigível: quando a licitação, por algum motivo, não seja possível.** Como exemplo, podemos citar um fornecedor exclusivo, sendo este o único a produzir o objeto desejado

pela Administração. Assim, como é único a produzir, não há que se falar em licitação, tendo em vista que não irá concorrer com mais ninguém.

**Dispensada/dispensável:** ocorre na situação em que, embora seja possível realizar o processo licitatório, a lei decide por assim não fazer. Podemos citar como exemplo:

**Art. 17 da Lei nº 8.666/93 (licitação dispensada);**

**Art. 24, da Lei nº 8.666/93 (licitação dispensável);**

Diante disso, podemos identificar que a alternativa incorreta é a d).

### Resolução completa

Vejam, a seguir, a resolução completa da questão:

**a) A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.**

A alternativa está correta e de acordo com a literalidade do art. 3º da Lei nº 8.666/93.

**Art. 3º.** A licitação destina-se a **garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

**b) A licitação será processada e julgada em conformidade com os princípios que regem os atos da Administração Pública, entre os quais o da impessoalidade, da publicidade, da probidade administrativa, do julgamento objetivo, entre outros.**

A alternativa está correta e de acordo com a literalidade do art. 3º da Lei nº 8.666/93.

**Art. 3º.** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável **e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.**

**c) Aos agentes públicos é vedado, nos atos de convocação, admitir, prever, incluir ou tolerar cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.**

A alternativa está correta e de acordo com a literalidade do § 1º da Lei nº 8.666/93.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

**I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.**

**d) Toda contratação realizada pela Administração Pública com terceiros será necessariamente precedida de licitação, sem ressalva.**

Como regra geral, podemos verificar que a Administração Pública tem como regra a contratação com terceiros por meio de **licitação**. Entretanto, a lei permite que essa contrate com terceiros, de maneira excepcional, sem a necessidade do procedimento licitatório, conhecido como **contratação direta**. Nesse caso, não haverá licitação, podendo ser tal modalidade dividida em duas espécies:

**Inexigível:** quando a licitação, por algum motivo, não é possível. Como exemplo, podemos citar um fornecedor exclusivo, sendo este o único a produzir o objeto desejado pela Administração. Assim, como é único a produzir, não há que se falar em licitação, tendo em vista que não irá concorrer com mais ninguém.

**Dispensada/dispensável:** ocorre na situação em que, embora seja possível realizar o processo licitatório, a lei decide por assim não fazer. Podemos citar como exemplo:

**Art. 17 da Lei nº 8.666/93 (licitação dispensada);**

**Art. 24, da Lei nº 8.666/93 (licitação dispensável);**

GABARITO: D.

**20. (IADES – 2015 – CRC-MG – CONTADOR)** Em alterações posteriores da Lei nº 8.666/1993, foi prevista a criação de margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras. Com base no exposto, assinale a alternativa que corresponde a uma previsão legal a esse respeito.

- a) Será estabelecida com base em estudos revistos periodicamente, em prazo não superior a quatro anos.
- b) Poderá ser estendida, total ou parcialmente, aos bens e serviços originários dos países latino-americanos.
- c) Não prevalecem sobre as demais preferências específicas previstas na legislação quando estas forem aplicadas sobre produtos ou serviços estrangeiros.
- d) Aplica-se o mesmo limite legal aos produtos manufaturados e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no país.
- e) Essas margens de preferência serão definidas pelo Poder Executivo Federal, não podendo a soma delas ultrapassar o montante de 25 por cento sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros.

#### Resolução simples

A questão aborda a literalidade do art. 3º, § 8º, que afirma que as margens de preferência adicionais **não podem ultrapassar o montante de 25% sobre o preço de produtos manufaturados e serviços estrangeiros**.

Para fins didáticos, entende-se por **margem de preferência adicional**: “margem de preferência cumulativa com a prevista no inciso I do caput, assim entendida como o diferencial de preços entre produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais, resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País, e produtos manufaturados estrangeiros e serviços estrangeiros, que permite assegurar preferência à contratação de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais”.

#### Resolução completa

Antes de iniciarmos a correção completa da questão, iremos destacar alguns conceitos importantes:

**I. Margem de preferência normal:** diferencial de preços entre os produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais e os produtos manufaturados estrangeiros e serviços estrangeiros, que permite assegurar preferência à contratação de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais.

**II. Margem de preferência adicional:** margem de preferência cumulativa com a prevista no inciso I do caput, assim entendida como o diferencial de preços entre produtos manufaturados nacionais e serviços

nacionais, resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no país, e produtos manufaturados estrangeiros e serviços estrangeiros, que permite assegurar preferência à contratação de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais.

Quanto ao texto legal, podemos verificar:

**Art. 3º, § 8º.** *As margens de preferência por produto, serviço, grupo de produtos ou grupo de serviços, a que se referem os §§ 5º e 7º, serão definidas pelo Poder Executivo federal, **não podendo a soma delas ultrapassar o montante de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros**”.*

Vejamos, a seguir, a resolução completa:

**a) Será estabelecida com base em estudos revistos periodicamente,** em prazo não superior a quatro anos.

O erro da questão tem a ver com o prazo, tendo em vista que esse não poderá ser superior a cinco anos, e não quatro anos:

§ 6º *A margem de preferência de que trata o § 5º será estabelecida com base em estudos revistos periodicamente, **em prazo não superior a 5 (cinco) anos**, que levem em consideração:*

**b) Poderá ser estendida, total ou parcialmente, aos bens e serviços originários dos** países latino-americanos.

Não são estendidos aos países latino-americanos, mas aos países do Mercosul.

§ 10. A margem de preferência a que se refere o § 5º poderá ser estendida, total ou parcialmente, aos bens e serviços originários dos **Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul**.

**c) Não prevalecem sobre as demais preferências específicas previstas na legislação quando estas forem aplicadas sobre produtos ou serviços estrangeiros.**

§ 15. As preferências dispostas neste artigo **prevalecem** sobre as demais preferências previstas na legislação quando estas forem aplicadas sobre produtos ou serviços estrangeiros.

**d) Aplica-se o mesmo limite legal aos produtos manufaturados e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País.**

Art. 3º, § 6º *A margem de preferência de que trata o § 5º será estabelecida com base em estudos revistos periodicamente, em prazo não superior a 5 (cinco) anos, que levem em consideração:*

*III – desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País;*

§ 7º *Para os produtos manufaturados e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País, **poderá ser estabelecido margem de preferência adicional** àquela prevista no § 5º.*

**e) Essas margens de preferência serão definidas pelo Poder Executivo federal, não podendo a soma delas ultrapassar o montante de 25 por cento sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros.**

Correto e está em plena conformidade com o dispositivo legal, vejamos:

**Art. 3º. § 8º** *As margens de preferência por produto, serviço, grupo de produtos ou grupo de serviços, a que se referem os §§ 5º e 7º, serão definidas pelo Poder Executivo federal, **não podendo a soma delas ultrapassar o montante de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros**.*

GABARITO: E.